

Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

Resumo

O objetivo do presente trabalho é realizar uma investigação sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS tombado entre as décadas de 1990 e 2000, levantando algumas questões sobre a configuração da memória patrimonial da cidade a partir da leitura dos projetos que originaram o tombamento desses bens.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, memória, imaginário, elitização.

Questions about the historical heritage of Passo Fundo/RS: 1990-2002

Abstract

This work aims to investigate the historical registered heritage of Passo Fundo/RS between the decades of 1990 and 2000. This investigation intends to raise some questions about the configuration of heritage memory of the city, considering the documents which originated the register of these properties.

Key-words: Cultural heritage, memory, imaginary, elitization.

Não gosto da arquitetura nova
Porque a arquitetura nova não faz casas velhas
Não gosto das casas novas
Porque as casas novas não têm fantasmas[...]
A pena que me dão as crianças de hoje!
Vivem desencantadas como uns órfãos:
As suas casas não têm porões nem sótãos,
São umas pobres casas sem mistério.
Como pode nelas vir morar o sonho?

Mario Quintana

¹ Graduado e Mestre em História (UPF). Doutorando em História PUC-RS/CAPES. E-mail: <eduardorjk@yahoo.com.br>

Considerações iniciais

O poema “Arquitetura Funcional”, de Mario Quintana, ilustra o objetivo desse trabalho, que é investigar as justificativas para o tombamento dos prédios que constroem parte da memória patrimonial² de Passo Fundo. Através das leituras dos projetos de lei presentes na Câmara de Vereadores do município, é possível perceber os “fantasmas” que habitam essas edificações, bem como os “sonhos” contidos dentro de suas paredes. Podemos interpretar os “fantasmas” como aspectos do passado que o discurso procura cristalizar no patrimônio histórico, as experiências históricas de certos grupos, remanescentes em meio à modernização e verticalização acelerada que caracterizam Passo Fundo como “capital do planalto”, o “sonho” das elites políticas e econômicas, o que nos leva a uma conclusão contraditória. O mesmo processo que hoje ameaça a existência dos prédios históricos da cidade é o “sonho”, o imaginário³ projetado pelos “fantasmas” que habitam os bens patrimoniais do município. Concordando com Possamai (2002, p. 337):

Dessa forma, investigar os lugares de memória pode fornecer pistas interessantes aos estudos históricos. Os processos de criação, difusão e perpetuação dos lugares, que podem estar situados no âmbito simbólico e do imaginário de uma dada sociedade, podem apontar “sintomas” sociais de camadas mais profundas. Por outro lado, apontam para compreensão das formas de mediação do homem com o seu passado.⁴

A presente investigação consiste na análise dos bens que fazem parte do patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo, através da investigação de projetos que originaram as leis que tornam os prédios patrimônio, já que o município não possuía uma legislação específica quanto a essa questão na década do tombamento dos bens. A análise das justificativas para a elaboração dos projetos de tombamento são fontes para perceber qual o sentido e qual o valor histórico que esses prédios estão representando para o poder público. Através de sua leitura, percebe-se a importância atribuída à edificação pelos membros do poder legislativo e executivo do município. O que possibilita verificar se é possível falar em elitização do patrimônio e relacionar essas edificações à construção de uma memória patrimonial baseada no progresso, na modernização e no desenvolvimento econômico.

Não existe uma tentativa articulada, consciente, de uma elite na construção de uma “memória

² Parte-se da ideia de que os bens edificados reconhecidos como patrimônio histórico pelo poder público fazem parte da memória coletiva. Halbwachs (2006, p. 41) aponta que “talvez seja possível admitir que número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo.” O patrimônio histórico é um recurso que auxilia na lembrança de experiências que marcaram uma coletividade. Os significados atribuídos a esses bens se insere em um campo de conflitos simbólicos pela legitimação de determinadas memórias dentro da cidade.

³ Baczo (1991, p. 28-30) afirma que o imaginário “es una de las fuerzas reguladoras de la vida colectiva [...] El control del imaginario social, de su reproducción, de su difusión y de su manejo asegura, en distintos niveles, un impacto sobre las conductas y actividades individuales y colectivas, permite canalizar las energías [...]. Una de las funciones de los imaginarios sociales consiste en *la organización y el dominio del tiempo colectivo sobre el plano simbólico*. Intervienen activamente en la memoria colectiva [...].”

⁴ Possamai, com o conceito “lugares de memória”, faz referência a Pierre Nora. Torna-se necessário tecer algumas considerações sobre essa expressão. Primeiramente, Nora, fazendo referência a Halbwachs, aponta a memória como “vida”, dependendo dos grupos “vivos”, como um elemento dinâmico, passível de resignificação. Já os “lugares de memória são, antes de tudo, restos [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1981, p. 12-13). Por isso, perceber o patrimônio histórico como um “lugar de memória” que faz parte, entre outros elementos, da memória patrimonial de uma cidade, implica reconhecer que eles são forjados pelos grupos estão envolvidos no seu processo de tombamento. Não constituem a memória natural, “viva” dos indivíduos ou grupos.

patrimonial”. Os projetos de lei são iniciativas isoladas de vereadores. Contudo, tais edificações lembram experiências das elites da cidade para alcançar e concretizar um objetivo que faz parte do imaginário passo-fundense: tornar Passo Fundo a “capital do planalto”.

É importante fazer uma ressalva antes de prosseguir essa análise. Não é intenção deste trabalho criticar o tombamento dos prédios que fazem parte do patrimônio histórico do município. Deve-se frisar que, no atual contexto de verticalização da cidade, a iniciativa dos vereadores durante a década de 1990 foi de suma importância para a história do Rio Grande do Sul. Os prédios tombados são os poucos registros arquitetônicos que restam em Passo Fundo. Foram “restos” de memórias cristalizadas que conseguiram perdurar e resistir à modernização do espaço urbano. Protegidos por lei, acabaram tornando-se a memória patrimonial “oficial”, enquanto outras memórias não resistiram aos ímpetus da especulação imobiliária.

Patrimônio e memória política em Passo Fundo

Objetiva-se mostrar as relações do “patrimônio oficial” com uma memória política⁵, de busca pelo progresso, modernização, industrialização e desenvolvimento econômico. Enquanto essa memória era reconhecida como patrimônio histórico, acontecia o esquecimento de outros aspectos, outros sujeitos que também fizeram parte da construção da cidade. O projeto de lei apresentado para tomar o prédio do antigo banco da Província, hoje Banco Itaú, demonstra a importância atribuída às transformações econômicas. O vereador Ivanio Bernardon apresenta a seguinte justificativa para preservação dessa edificação:

Para tramitação Regimental, estou encaminhando o Projeto de Lei e conforme o artigo 221 da Lei Orgânica Municipal determinar o tombamento do prédio do banco Itaú, que faz parte da História e da Cultura do Município de Passo Fundo e, assim sendo, é nosso dever preservá-lo, com o nobre objetivo de manter viva a origem e a verdadeira história de nosso Município. O prédio do banco Itaú foi construído na década de 1920, primeiramente usado pelo banco da Província e só depois comprado pelo banco Itaú até os dias de hoje. Este prédio deu origem ao sistema financeiro da época no município trazendo progresso a nossa cidade, o prédio está com mais de 70 anos desde a sua construção já fazendo parte de uma referência de nossa história.⁶

Essa justificativa é amplamente aceita por todos os membros da Câmara de Vereadores, nenhum de seus integrantes votou contra o tombamento da edificação. O prédio que foi sede do banco da Província é um símbolo de progresso econômico, e o “nobre objetivo” de preservar esse aspecto da história é importante. Porém, este prédio está ligado, sem dúvida nenhuma, ao desenvolvimento econômico das elites municipais, e, principalmente, a modernização e crescimento de Passo Fundo. As características arquitetônicas preservadas são registros históricos da caminhada rumo ao crescimento. Hoje o prédio é sede do

⁵ Lembrando Chagas (2003, p. 141), “[...] onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar o passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente.” Le Goff (2003, p.525) afirma que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” Tanto a ação política “as forças” que opera na história, como as ideias de historiadores, estão envolvidos na preservação dos bens patrimoniais de Passo Fundo.

⁶ PROCESSO Nº 095/94. DATA 12/04/94. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

banco Itaú, sua fachada está em ótimo estado de conservação, apesar de seu interior descaracterizado.

Outra edificação que também se encontra em bom estado de conservação, devido à iniciativa privada, é o prédio da Cervejaria Brahma, outro patrimônio que representa experiências ligadas ao progresso, industrialização e poder econômico do início do século XX. Ainda hoje existe o “beco da Brahma”, onde há casas dos antigos operários da fábrica, no entanto, não se mencionou tombar ou dar auxílio aos proprietários para que suas habitações fossem preservadas. Um beco em que até o calçamento de paralelepípedos não foi alterado e não se demonstrou interesse em conservar. Percebe-se a orientação que o campo da memória patrimonial adquire em Passo Fundo. A própria justificativa para o tombamento das instalações da companhia mostra o interesse na memória que se quer preservar, como consta no Projeto de Lei do vereador Sebastião F. Ribeiro:

Do ponto de vista histórico, registros do início do século, mostram que naquele local, é lógico, de forma artesanal, já funcionava uma cervejaria. Para o nobilíssimo historiador passo-fundense, Ney Eduardo Possap d'Avila, em 1902 estava em pleno funcionamento a cervejaria do “seu” Cora. É desta época que se tem notícia do nascimento da industrialização em Passo Fundo. trata-se da história viva de Passo Fundo, que cresceu, desenvolveu-se, transformou-se sempre com a definitiva participação daquela indústria, inicialmente a cervejaria do “seu” Cora, depois Bade, Barbieux & Cia. e finalmente a Brahma.⁷

Fica clara a intenção de cristalizar uma memória referente ao progresso e à industrialização do município, colocando em segundo plano o trabalho dos operários que faziam funcionar a fábrica. Foram lembradas as transações comerciais e industriais que envolvem aquele patrimônio, foi memorizada a iniciativa de Jorge Barbieux, o fundador da cervejaria, as negociações que levaram a compra da cervejaria pela Brahma em 1948, mas não foi feita referência aos operários que a habitaram a região e prepararam a cerveja que essas companhias vendiam.

Outra edificação que marca o desenvolvimento econômico é a Estação Férrea da Gare. A estrada de ferro foi fundamental para economia do município, responsável pelas primeiras grandes transformações da área central que alteraram os rumos da expansão urbana. Outra experiência significativa em prol de uma hegemonia regional foi cristalizada, mas também encontra-se descaracterizada. Foi tombado apenas um pavilhão, quando o conjunto arquitetônico inteiro deveria ter sido preservado, com parte dos trilhos, e, principalmente, as casas dos operários que ficavam ao lado da estação. A justificativa apresentada pelo vereador Flaminio Mello de Lima, em novembro de 1990, mostra a preocupação com a perda da história do município:

Para tramitação regimental, estamos encaminhando o incluso Projeto de Lei, determinando o tombamento para integrar o patrimônio histórico do Município do prédio da Antiga Gare, localizado na Avenida Sete de Setembro. [...] O prédio que ora estamos propondo seja tombado faz parte da história de Passo Fundo, sendo nosso dever preservá-los a fim de manter o pouco que ainda resta da cultura e história de nosso Município. [...] O prédio da Antiga Gare, se constitui, na verdade, em um belíssimo e real monumento ao Ferroviário, obra executada na época mais pujante da Viação Férrea no Brasil – situado n o coração da cidade de Passo Fundo e, num local que, por sua localização e destinação, a ideia de preservá-lo aparece natural em nossos pensamentos.⁸

⁷ PROCESSO Nº 414/97. DATA 14/08/1997. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

⁸ PROCESSO Nº 279/90. DATA 21/11/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

A preocupação com o patrimônio da cidade é louvável, o valor histórico-arquitetônico desses prédios não pode ser calculado. Mesmo que descaracterizados e deslocados de seus contextos, são os últimos vestígios urbanos do final do século XIX, resistiram aos impulsos da construção civil e à verticalização por estarem protegidos pela lei. É uma memória patrimonial “oficial”. Os outros prédios que não estavam sob a proteção do estado, sucumbiram a modernização e a especulação imobiliária. Essa memória oficial é elitizada, mesmo no caso da Estação Férrea, que foi e ainda é um local onde diferentes segmentos da sociedade transitam e encontram-se.

No passado, como estação de trem, encontravam-se ali diversas pessoas, ferroviários, comerciantes, viajantes, entre outros, e hoje, como feira do pequeno produtor, é um ponto conhecido por todos os passo-fundenses. Analisando a justificativa do tombamento da Gare, pode-se notar a referência ao progresso da viação férrea a nível nacional e, Passo Fundo, com uma estação no “coração da cidade”, não estava fora da “época mais pujante da viação férrea no Brasil”, por isso, segundo o vereador, era “natural” sua preservação.

Além de esse patrimônio estar descaracterizado, por não se ter tombado o conjunto arquitetônico inteiro, o prédio da Gare também se encontra em péssimo estado de conservação, devido ao descaso do poder municipal e dos munícipes. É justamente por edificações como a Estação Férrea da Gare estarem com sérios problemas, como a pintura descascando, a madeira apodrecendo, o telhado com buracos e telhas caindo, que a hipótese de uma “elitização” do patrimônio histórico parece encontrar um fundamento maior que as próprias justificativas apresentadas nos processos. Parece não haver uma identificação das pessoas, não existir laços entre a sociedade e esse bem, não há uma identificação da comunidade com essa memória edificada “oficial”.

A derrubada da Casa Gabriel Bastos é um exemplo do descaso e da elitização, um patrimônio que também legitimava experiências das elites políticas municipais na figura de seu proprietário, um político e intelectual de sua época. Além de fundador do Banco Popular, também foi Intendente Municipal, Vice e fez parte do Conselho Municipal ao lado da elite política. Era membro e importante articulador do Partido Republicano Rio Grandense em Passo Fundo:

O prédio situado na Av. Brasil, nº 695, esquina com a Rua XV de Novembro, atualmente de propriedade do conceituado médico passo-fundense Carlos Antonio Madalosso, foi sede do Banco Popular de Passo Fundo, primeiro banco da cidade e da região, fundado no dia 24 de junho de 1927, pelo renomado cidadão passo-fundense Gabriel Pereira da Costa Bastos, ou simplesmente Gabriel Bastos, como era popularmente conhecido, e outros passo-fundenses também ilustres. Além de político e jurista, foi escritor e poeta tendo integrado o Clube Pinheiro Machado, fundou o Grêmio Passo Fundense de Letras, hoje Academia Passo Fundense de Letras, sendo titular da Cadeira nº 14.⁹

Na justificativa apresentada no Projeto de Lei de autoria do vereador Marcio Luiz Tassi, percebe-se a importância atribuída à memória política da cidade. Porém, as experiências que foram cristalizadas em torno dessa edificação lembram apenas um pequeno grupo. A verticalização do centro também é um referencial de identidade, mais forte do que o próprio patrimônio histórico, e mais lucrativo. A Casa Gabriel Bastos não era legalmente tombada. A lei aprovada pelo Executivo Municipal “declara bem integrante do patrimônio histórico-cultural do município, para fins de tombamento, o imóvel onde funcionou o banco

⁹ PROCESSO Nº 638/01. DATA 57/11/2001. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

Popular, localizado na avenida Brasil nº 695, esquina com a rua XV de Novembro.”¹⁰. Isso facilitou a venda e derrubada da edificação para a construção de mais um arranha-céu.

O caso da Casa Gabriel Bastos é um exemplo do descaso do poder público para com o patrimônio. A falta de mobilização da sociedade mostra, entre outros fatores, que os passo-fundenses não estabeleceram vínculos efetivos com essa memória. Isso devido, primeiramente, à falta de um processo de educação patrimonial intenso e à não identificação com essa memória. Isso gera uma contradição – a memória que supostamente representaria a história da elite política acaba abandonada e derrubada. A força da especulação imobiliária aliada a verticalização como símbolo do progresso explicam o abandono dessa memória.

Entre os ícones da memória política de Passo Fundo, não faltam exemplos. Tombada por iniciativa do vereador Thalito Fauth Mendonça, a Igreja Metodista representa um seletivo grupo da cidade. Instalada em 1912, mas tendo seu atual templo construído em 1919, está localizada em pleno centro da cidade. Esse patrimônio marca a relação entre política e religião, uma vez que um dos principais, maiores e mais antigos colégios da região funcionou atrás dessa igreja, por iniciativa dos pastores que a dirigiam. Com a seguinte justificativa, o vereador Thalito encaminhou o projeto de lei pedindo seu tombamento:

Para tramitação regimental, estou encaminhando o Projeto de Lei incluso, determinando o tombamento do prédio da Igreja Metodista, que faz parte da História e da Cultura do Município de Passo Fundo e, assim sendo, é nosso dever preservá-lo, com o nobre objetivo de manter viva a origem e a verdadeira história de nosso Município. A Igreja (templo) Metodista foi construída em 1919 por iniciativa do Missionário norte-americano Daniel e a 15 de março do mesmo ano o mesmo Missionário criou uma Escola, aos fundos do mesmo prédio da Igreja. Essa foi a semente que fez brotar o consagrado Educandário que já cruzou fronteiras irradiando cultura e educação em todos os seus prismas.¹¹

É natural que os elogios ao bem que está sendo tombado sejam muitos e tendam a enaltecer a história do patrimônio. Entretanto é perceptível a intenção dos membros do legislativo em tomar a “verdadeira história” para “manter viva a origem” da cidade. As concepções laudatórias e saudosistas são salientes, o que edifica uma representação própria de um grupo, de um segmento social.

Em 1994, por iniciativa dos vereadores Luciano Azevedo e Thalito Fauth Mendonça, é encaminhado o projeto de lei que determina o tombamento do prédio Texas do Instituto Educacional. Em 1921, a Prefeitura doou aos Metodistas o terreno da praça Boa Vista para o início da construção do prédio. É possível perceber a concepção, os valores atribuídos à edificação no anexo desse projeto, ao trazer o histórico do IE (Instituto Educacional), a escola que viria a funcionar naquele local:

A antiga escolinha paroquial foi o início de uma grandiosa obra educacional, porque amálgama no espírito empreendedor, religioso, impregnado de elevado ideal educativo dos seus diretores, professores, pais de alunos, alunos funcionários, empregados e amigos da instituição. Foi por isso que o prestígio e a liderança do IE, ainda que tenha enfrentado crises e enormes preocupações financeiras, comuns aos estabelecimentos de ensino, já ultrapassou fronteiras rio-grandinas.¹²

¹⁰ LEI Nº 3.911, de 10 de junho de 2002. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

¹¹ PROCESSO Nº 421/93. DATA: 06/10./1993. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

¹² PROCESSO Nº 066/94. DATA: 28/03/1994. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

Os valores atribuídos à edificação são claros, o tombamento pretende deixar marcado o “espírito empreendedor” dos sujeitos ligados à construção do prédio. O “ideal educativo” presente no “espírito” desse grupo é que está preservado, tanto na Igreja Metodista, quanto no Instituto Educacional. Essas concepções são claramente influenciadas por uma historiografia saudosista. Essa memória edificada, através do tombamento dos prédios, representa, sem dúvida nenhuma, as experiências de grupos que pertencem a uma elite econômica e política de Passo Fundo. Esses prédios sobreviveram ao ímpeto de transformações urbanas justamente por constituir a história e a memória de uma elite que estava à frente desse processo. A sobrevivência desses prédios, transformados em patrimônio na década de 1990, atesta sua elitização, pois restam apenas poucos exemplares de edificações que representam os segmentos que participaram, da construção do espaço urbano da cidade, mas foram alijados da memória oficial.

Para exemplificar a elitização do patrimônio histórico em Passo Fundo, é interessante pensar em duas situações distintas: os prédios que compõem o Espaço Cultural Resoli Doleski Pretto e o Clube Visconde do Rio Branco. Muito embora descaracterizados, sofrendo com o descaso por parte dos poderes públicos, o Espaço Cultural configura uma representação da memória política da região. O Visconde do Rio Branco representa a memória dos escravos africanos na cidade. Ao contrário dos prédios que representam a memória política, o Visconde do Rio Branco não apenas sofre com o descaso, ele foi abandonado pelo poder público, uma ruína em pleno centro, mesmo havendo iniciativas de membros da comunidade negra em pedir auxílio para manutenção do prédio.

É preciso deixar claro que não há indícios de uma articulação entre segmentos da elite política da cidade na tentativa de construir uma memória patrimonial própria de seus respectivos grupos e excluir outras representações. Todavia, o quadro da memória patrimonial edificada na cidade se apresenta dessa forma. Os bens patrimoniais representam, em seu conjunto, experiências das elites (políticas, econômicas e culturais) em busca da modernidade e do progresso, busca que auxiliou na construção do imaginário de Passo Fundo como a cidade do futuro, a “capital do planalto médio rio-grandense.”

O conjunto arquitetônico que compreende os prédios da Intendência Municipal (hoje Museu Histórico Regional – MHR e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider – MAVRS), Câmara Municipal de Vereadores (hoje Teatro Municipal Múcio de Castro), o Clube Pinheiro Machado (hoje Academia de Letras Passo-fundense) são símbolos da comunidade hoje como um Espaço Cultural. Os três remetem às experiências de grupos políticos. As principais decisões políticas do município foram concretizadas nas nessas edificações, hoje, alguns dos principais eventos culturais são realizados nesses prédios. Tanto no passado, como no presente, são administrados por um pequeno grupo. Delma Rosendo Ghem (1978, p. 181) indica, em 1978, os prédios considerados símbolos do progresso na região:

Em 1914 a área urbana da cidade contava com 4 mil habitantes e 500 hectares. O número de prédios alcançava 600 e seus principais edifícios eram: a Intendência que se dizia, na época, “moderno e bom”; a igreja matriz ainda não concluída, à praça Tamandaré; e a pelá São Teodoro, mais ou menos, em frente ao edifício que foi do Banco da Província e hoje é de propriedade do Banco Itaú, sita a rua Moron com a Bento Gonçalves; Clube Pinheiro Machado [...]; edifício da Sociedade Iolanda Margherita, à praça Marechal Floriano, rua Moron; Loja Maçônica Concórdia do Sul e a estação da viação férrea.

Ghem, comentando sobre o desenvolvimento urbano no início do século, coloca como as principais referências edificadas de Passo Fundo apenas prédios que representam grupos que pertencem a grupos eli-

tistas. A Sociedade Iolanda Margherita tinha como objetivo o auxílio mútuo entre imigrantes italianos, era uma referência à identidade étnica européia. Também está edificada a referência à identidade religiosa ressaltada pela autora, juntamente com a Loja Maçônica. Esses prédios referem-se eminentemente às elites municipais (grupos que estiveram a frente das decisões políticas e das principais atividades econômicas).

No que diz respeito à construção da memória patrimonial edificada de Passo Fundo é possível, evidentemente, apontar diferenças mesmo entre as elites. Essa passagem da obra de Ghem é um exemplo disso. Transparece claramente as posições religiosas e políticas da autora, que deixa de citar, por exemplo, a Igreja Metodista, situada em um dos principais pontos da cidade, mesmo naquela época. No entanto, mesmo com conflitos étnicos, políticos e religiosos, a memória edificada dos grupos com maior representatividade política e maior poder econômico prevaleceu frente às transformações urbanas de Passo Fundo.

Dois prédios citados pela autora pertencem ao conjunto tombado em 1990¹³. A Intendência Municipal é o símbolo máximo da história política do município. O Cel. Pedro Lopes de Oliveira, em 1902, adquiriu em nome do município de Passo Fundo o terreno onde seria construído o prédio da Intendência Municipal. Oito anos mais tarde a construção teve início, com o Cel. Gervásio Lucas Annes. Os detalhes, como pintura, decoração, materiais usados na obra, foram determinados pela capital do Estado, Porto Alegre. Em 1976, foi construído o atual centro administrativo, e o prédio passou a abrigar a junta Militar e outros setores da prefeitura. Em 1977, é criado o primeiro museu da cidade, o “Museu Histórico Cultural”, abandonado no final da década de 1980, reaberto em 1996, abrigando o Museu Histórico Regional (MHR) e o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS).

Em 1915, é construído o prédio sede do Clube Pinheiro Machado. Entre um dos principais articuladores, encontra-se Francisco Antonino Xavier e Oliveira (considerado o pai da história de Passo Fundo). O Clube era uma instituição de cunho político, onde os articuladores do PRR se reuniam para tomar decisões a respeito de suas alianças e seus projetos. Em 1938, o clube passou a ser uma instituição controlada pela Prefeitura Municipal, devido ao Estado Novo, e foi transformado em Grêmio passofundense de Letras, abrigando também a biblioteca pública municipal e o Instituto Histórico e Geográfico. Em 1960, é inaugurada a Academia Passo-fundense de letras.

O outro prédio que pertence ao conjunto tombado em 1990 e também representa a memória política e cultural da cidade é o Teatro Municipal. Sua construção foi iniciada em meados da década de 1880, finalizada apenas em 1889 para sediar o Clube Dramático Passofundense. Em 1911, a edificação começa a ser uma referência política para região, abrigando provisoriamente o Clube Pinheiro Machado e o poder Judiciário, bem como as instalações do jornal “O Gaúcho”, de orientação republicana. Posteriormente, entre 1940 e 1977, o poder legislativo ocupou o prédio. Em meados de 1990, o prédio passa a abrigar o Teatro Municipal Múcio de Castro.

A pesquisa do projeto de lei que determina o tombamento desse conjunto arquitetônico revela contradições entre a ação política do executivo municipal, do legislativo e das recomendações da secretaria de cultura do Estado. Antes de entrar em maiores detalhes, é necessário comentar as justificativas apresentadas pelos membros do legislativo para o tombamento do conjunto. O projeto de lei encaminhado pelo

¹³ “Art. 1º - Fica tombado e passa a integrar o patrimônio histórico do Município o conjunto arquitetônico localizado na Avenida Brasil Oeste e constituído pelos prédios onde funcionaram a Prefeitura e Câmara Municipal e também o prédio da Academia Passofundense de letras”. Lei nº 2.608 de 25 de setembro de 1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

vereador Alberto Poltronieri é um dos primeiros projetos que encaminham um tombamento na cidade. A justificativa apresentada diz que “os prédios que ora estamos propondo sejam tombados fazem parte da história de Passo Fundo, sendo nosso dever preservá-los a fim de manter o pouco que ainda resta da cultura e história de nosso município”.¹⁴

O parecer da “Comissão de Legislação e Redação” da Câmara Municipal de Vereadores revela uma preocupação importante e fundamental, porém, tal raciocínio não teve continuidade entre o legislativo e executivo. É possível afirmar a falta de continuidade de políticas de preservação e valorização do patrimônio histórico porque o município tem os primeiros indicativos de uma lei a respeito dessa questão apenas no início de 2000:

É obrigação do legislador preocupar-se com o acervo cultural e patrimonial do Município, a fim de que, não só as gerações presentes, mas para que as futuras gerações continuem valorizando aquilo que nos foi legado pelos que nos antecederam. Além da preservação dos prédios que constituem o patrimônio histórico de Passo Fundo, é preciso também que o Poder Público adote uma política de preservação e conservação desse patrimônio que será tombado, evitando-se sua deterioração e preservando, desta forma, seus valores históricos.¹⁵

Existe, portanto, a consciência da necessidade de não apenas de tombar as edificações, mas também de não abandoná-las ao descaso. Porém, não teve continuidade esse pensamento. Ademais, é perceptível a exclusividade que essa memória política exerce nos membros do legislativo. Uma vez que na justificativa do vereador autor do projeto, aparece como dever preservar o “pouco” que ainda resta da cultura do município, e, na justificativa do parecer da Comissão da Câmara, é levantada a idéia de preservar os valores das gerações que antecederam a nossa. Edificações como o Clube Visconde do Rio Branco, e o pouco que ainda restava da memória de um segmento operário no centro da cidade certamente não estavam incluídos nos valores das gerações antepassadas, quanto mais aqueles descendentes de cainguangues, caboclos, por exemplo.

As contradições comentadas acima, começam a aparecer no projeto quando a justificativa do vereador Meirelles Duarte propõem que o prédio da Academia de Letras seja tombado parcialmente, tendo em vista as péssimas condições do interior do prédio, que tornavam inviável sua manutenção e restauração, conforme citado na emenda nº1 do processo:

Tombar o prédio todo, torna-se tecnicamente impossível, uma vez que além de ter sido destruído pelo tempo de sua existência, também não encontra hoje engenheiro ou arquiteto que garanta sua reconstrução nos moldes originais ou conservação que restou. A manutenção da fachada preservará todas as linhas arquitetônicas da época e possibilita que no restante da área se construa uma moderna academia sem desfigurar o que foi aquele centenário prédio.¹⁶

A Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC), em 04 de maio de 1990, envia uma correspondência, manifestando apoio ao tombamento do conjunto, mais precisamente, da Academia de Letras. Na mesma

¹⁴ PROCESSO Nº 043/90. Data: 05/04/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

¹⁵ PROCESSO Nº 043/90. Data: 05/04/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

¹⁶ PROCESSO Nº 043/90. Op. Cit.

correspondência, pede desculpas por não poder participar de uma reunião sobre esse tema, já que a data havia sido transferida. Em tal documento, anexado ao processo 043/90, o CPHAE e o CODEC deixam claras suas concepções sobre a definição de patrimônio:

A definição de patrimônio cultural é muito abrangente, baseado no conceito antropológico de Cultura, isto é, são todos bens de natureza material ou imaterial que, em qualquer período, até o contemporâneo, identifiquem uma Sociedade, quer como representativas das formas de expressão, criação, fazer e viver, quer como referências históricas, artísticas, tecnológicas. Esta definição se encontra no artigo 216 do C. federal.¹⁷

Através da análise do processo 043/90, são perceptíveis as considerações a respeito da definição sobre o que é patrimônio histórico e porque é necessário para a sociedade o tombamento desses bens. Os órgãos do estado tinham uma concepção mais abrangente, melhor fundamentada teoricamente do que o poder legislativo e executivo municipal. Uma vez que não há menção entre toda a década de 1990 ao tombamento e/ou registro de bens imateriais, que poderiam representar alguns segmentos sociais já citados, como os indígenas ou caboclos. Outra consideração importante levantada por essas entidades, diz respeito à participação da comunidade no processo de seleção dos bens patrimoniais.

Para ações como estas, é imprescindível a participação da Comunidade, essa não pode desconhecer a realidade, sob pena de ser acusada de omissa. Ainda sobre os efeitos da preservação temos a dizer que sob a ótica da História hoje somos seus reprodutores, ativa ou passivamente, e, a existência ou não do registro cotidiano é fato histórico.¹⁸

As colocações das entidades estaduais a respeito do patrimônio histórico são concisas e deixam sua posição clara. As entidades se posicionaram a favor do tombamento do prédio da Academia de Letras Passo-fundense. Embora nessa correspondência ainda não tenha menção sobre o problema posto pelo vereador Meirelles Duarte, as considerações a respeito do tombamento da fachada ou da restauração do prédio.

No dia 05 de maio de 1990, a Comissão de Legislação e Redação posiciona-se a favor do tombamento do conjunto arquitetônico. Porém, admite e aconselha a aprovação da emenda proposta por Meirelles Duarte, na qual o tombamento do prédio da Academia deveria ser feito apenas em sua fachada. O vereador Izoldino Candaten, na qualidade redator do projeto, sugere que através da Câmara de Vereadores sejam estabelecidos contatos com a Academia de Letras para permitir que a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo realize um estudo do prédio para informar sobre suas condições e as possibilidades de restauro.

Ou seja, praticamente dois meses depois do projeto tramitar na Câmara, alguém pensa na possibilidade de enviar um engenheiro ou arquiteto para realizar um relatório sobre as condições físicas do prédio. Outra consideração, no mínimo estranha, é que a Câmara ainda não tinha estado em contato com representantes da Academia de Letras. Isso demonstra a falta de articulação entre o poder público e os intelectuais locais e mostra que, de fato, não existe uma tentativa articulada das elites em construir a memória edificada da cidade, mas sim iniciativas isoladas, sem participação da comunidade e sem um esclarecimento teórico suficiente para construir uma “cultura patrimonial” entre os passo-fundenses.

¹⁷ PROCESSO N° 043/90. Op. Cit.

¹⁸ PROCESSO N° 043/90. Op. Cit.

Estabelecidos os contatos com os representantes da Academia de Letras Passo-fundense, Irineu Gehlen, como presidente da gestão nesse período, manifesta sua opinião sobre o caso, precisamente em 22 de maio de 1990:

Quanto ao teor da mesma, externamos a nossa satisfação pelo interesse manifestado por essa Câmara em relação ao prédio da Academia Passo-fundense de Letras, problema que há várias décadas aflige os membros e cerceia o trabalho da instituição. Por outro lado, lamentamos constatar que só agora, depois de criticado com veemência e exaustão, o assunto passa a ser encarado com objetividade, sem interferências emocionais e pessoais. O ponto de partida é, se dúvida, o conhecimento das reais condições em que se apresenta o prédio ora em discussão.¹⁹

A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo realizou uma vistoria minuciosa. Vários problemas foram levantados, dentre os principais estavam a cobertura, praticamente descaracterizada e com a maioria das telhas removidas, o forro, quase todo destruído, as paredes internas e externas que também estavam em péssimo estado de conservação, o assoalho original de madeira que foi removido completamente, e as instalações elétricas e hidráulicas que estavam em mau estado de conservação. Os problemas do prédio eram graves, mesmo assim, a associação entendeu ser possível a recuperação da edificação através da restauração. “O antigo prédio sede da Academia Passofundense de Letras é recuperável. As lesões nele causadas pelo tempo e pelo uso poderão ser revertidas restituindo à cidade e ao povo passo-fundense o patrimônio cultural por ele constituído”.²⁰ Contrariando à justificativa da emenda apresentada por Meirelles Duarte, o prédio, portanto, poderia ser recuperado através da restauração.

Mesmo com o parecer favorável a um projeto de restauração por parte dos engenheiros e arquitetos, a questão da utilidade funcional prevalece, uma vez que tanto o parecer da Comissão de Obras Públicas e Nomenclatura de Ruas, da Comissão de Educação e Bem Estar Social e da Comissão de Legislação e Redação aprovam o projeto de tombamento do conjunto arquitetônico dos três prédios, mas com a ementa que determina apenas o tombamento da fachada. Em telegrama anexo ao processo 043/90, a secretária de cultura do Estado critica essa determinação: “manifestamos nosso pesar pelo tombamento fachada prédio Academia Passofundense de Letras ato fere conceito de patrimônio cultural e identidade comunidade. Coordenadoria do patrimônio histórico e artístico do Estado”.²¹

Em matéria publicada no jornal O Nacional, diversas entidades, manifestam-se contra o tombamento apenas da fachada. Pela primeira vez, em todos os projetos de lei analisados, tais entidades estão presentes na documentação analisada. Entre esses grupos, estão o Grupo Pró – Memória, 3ª delegacia do Sindicato dos Arquitetos do R.S, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo, Instituto de Artes da UPF, Inspeção do CREA – R.S, Grupo de Resgate da Obra Antonino Xavier e Oliveira da UPF, C.D.E. Carlos Barone e Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Núcleo do CODEC.

Entendem que estes acontecimentos, “iniciados de forma ilegal e atendendo a vontade de grupos imobiliários”, devem ser impedidos pelo prefeito e vice-prefeito, ambos descendentes de famílias tradicionais da cidade, que para as entidades certamente se insurgirão contra estes atos de vandalismo a memória de Passo Fundo.²²

¹⁹ PROCESSO N° 043/90. Op. Cit.

²⁰ PROCESSO N° 043/90. Op. Cit.

²¹ PROCESSO N° 043/90. Op. Cit.

²² O NACIONAL, Passo Fundo, agosto de 1990. Anexado no PROCESSO N° 043/90.

Depois da manifestação de diversas entidades da cidade, o conjunto arquitetônico foi tombado sem a ementa do vereador Meirelles Duarte, e o prédio da Academia Passofundense de Letras foi tombado integralmente, mesmo em péssimo estado de conservação. Durante a década de 1990, os projetos de restauração dessa edificação foram arrastados sem efetividade. É nos primeiros anos de 2000 que a Academia é restaurada, depois de ter sido interditada a área, com a fachada do prédio correndo o risco de cair na rua.

Pesquisar o processo de tombamento desse prédio é fundamental para compreensão dos conflitos comentados acima. Primeiro, os próprios conflitos internos entre segmentos das elites, entre o legislativo, executivo e os segmentos envolvidos no tombamento do prédio. Segundo, o fato de o Clube Visconde do Rio Branco, completamente abandonado pelos poderes públicos, nunca ter sido mencionado como uma edificação importante para ser patrimônio histórico cultural da cidade. Com graves problemas estruturais, o prédio do Visconde também necessitava de uma restauração. Os problemas eram tão graves quanto aqueles do prédio da Academia Passofundense de Letras, porém, os pedidos de restauração dessa edificação não receberam maior atenção²³.

O Clube Visconde do Rio Branco guarda a memória dos grupos afro – descendentes de Passo Fundo. Muito embora esteja em ruínas, o Visconde do Rio Branco ainda é um símbolo da história desse segmento. Localizado na rua Moron, uma das ruas que caracterizou a “*belle époque*” passo-fundense, foi construído para ser um centro de auxílio mútuo entre ex-escravos. Depois da abolição da escravidão, muitos ex-escravos não tinham perspectivas de trabalho, pois no final do século XIX, o imigrante europeu chegava na cidade. Construído em 1913, foi fundado por diversas famílias de ex-escravos. Foi batizado primeiramente de Sociedade José do Patrocínio, rebatizado em 1916 como Clube Visconde do Rio Branco. Durante a década de 1990, o clube passou por dificuldades administrativas e financeiras e teve sua sede parcialmente destruída. Edy Isaias, descendente de umas das famílias fundadoras do clube, iniciou uma jornada para tentar restaurar e/ou transformar o clube em um centro cultural, jornada continuada por sua esposa Maria de Lourdes Isaias, que não surtiu resultados.

Edy Isaias, além de descendente de uma das famílias fundadoras do Visconde do Rio Branco, foi o primeiro negro formado em jornalismo em Passo Fundo, na década de 1960. Nessa época, fundou um jornal que servia para expressar e levar as manifestações culturais e políticas do seu segmento. Infelizmente, são poucas as edições arquivadas. No ano de seu falecimento, foi publicada uma edição em sua homenagem.

A atuação de Edy Isaias é importante para esse trabalho, porque se trata de um intelectual negro, que devido à falta de informações e pesquisas sobre seus antepassados, se engajou em esclarecer e promover atividades culturais para valorizar a presença de seu segmento em Passo Fundo. O Clube Visconde do Rio Branco é um dos projetos de sua iniciativa. Entre outros projetos, Edy Isaias também esteve à frente do Grupo Zumbi, um grupo de estudos dedicado à pesquisa do folclore dos afro – brasileiros, que funcionava no Visconde do Rio Branco:

²³ Tedesco entende a memória patrimonial como “[...] uma construção social, da qual se disputam seus enunciados discursivos, sua atribuição de valores, suas práticas, que asseguram sua preservação e inviolabilidade. Existe um campo de disputas por significados e pela legitimidade e hegemonia do mesmo inserido num campo entre classes, etnias e grupos em luta material e simbólica.” Esses conflitos não necessariamente declarados, nem se está sugerindo uma “luta e classes”, mas é importante reconhecer disputas que envolvem a ação política na construção do memorável.

Com a fundação do Clube Visconde do Rio Branco, pelos filhos e netos dos escravos desta região, ficou estruturada a conservação da Cultura Negra em Passo Fundo, com apresentações teatrais. Na década de 70, criou-se dentro do Clube Visconde, o Grupo Zumbi, que reavivou todas as atividades dos antepassados, porém dentro de um trabalho, e dos mais altos estudos e pesquisas da tradição e do folclore afro brasileiros.²⁴

As atividades de Edy Isaias e de sua esposa, Maria de Lourdes Isaias, não são iniciativas isoladas, o que mostra que esse segmento social se identifica com uma memória que nem sempre esteve de acordo com a construção do imaginário “capital do planalto”. Constituem-se, assim, em sujeitos históricos que recusam a simples idéia que a historiografia do início do século XX formulou sobre o início do povoamento de Passo Fundo. A exclusão historiográfica sofrida por esse segmento na região, bem como o abandono de sua memória edificada, acarretou ressentimentos perceptíveis, como mostra o documento “Projeto de Restauração do Clube Visconde do Rio Branco”, elaborado por Maria de Lourdes Isaias. No item “Histórico”, além de apresentar aspectos históricos do prédio, também está presente a percepção desse segmento sobre sua história:

Em função das políticas de ocupação do estado, perpetradas pelo governo imperial e também no início da república, houve uma tentativa de brancanização do estado, com a entrada de imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, mas as raízes da colonização inicial ficaram, os negros sempre foram relegados a um proposital esquecimento histórico, como se aqui não existissem negros, ou fossem muito poucos e de diminuída preponderância na história da região, mas, uma análise mais profunda das circunstâncias históricas da formação da região, nos mostra que os negros sempre tiveram papel preponderante na história do Rio Grande do Sul, sendo que na maioria das vezes, foram traídos pelos governantes e pelas elites da região.²⁵

O ressentimento levantado nessa justificativa histórica para restaurar o clube é evidente²⁶. Como já colocado, os escravos foram representados pela historiografia tradicional da região como sujeitos sem participação efetiva nas transformações sociais do município. Está claro que os descendentes desse segmento hoje percebem as posições e os julgamentos dessa historiografia, bem como percebem que não possuem uma memória edificada representada na cidade. O próprio projeto apresentado demonstra o interesse de sujeitos que pertencem a esse segmento em ter uma memória edificada e um centro cultural próprio. Entre alguns dos objetivos apresentados por Maria de Lourdes Isaias, destacam-se:

²⁴ O EXPRESSO JORNAL. Outubro de 2001.

²⁵ Outro parágrafo do item “Histórico”, do projeto elaborado por Maria de Lourdes Isaias, também deixa claro o ressentimento desse segmento frente a falta de atenção aos seus aspectos culturais: “Passo Fundo, pólo da região norte do estado, não deixa por menos, há uma forte influência do negro na sociedade e nos costumes da região, mesmo que se mascare muitas vezes pela imigração italiana, fato muito recente na nossa história regional, daí a importância de se dar condições para que as remanescentes comunidades negras da região tenham seus locais e pontos de referência, onde possam preservar esta rica e importante tradição cultural.”

PROJETO DE RESTAURAÇÃO CLUBE VISCONDE DO RIO BRANCO. Cedido por Maria de Lourdes Isaias.

²⁶ Para Pollak (1989, p.9), a “[...] fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.” No caso da memória patrimonial de Passo Fundo, as justificativas para o tombamento das edificações “coloriu” um passado que não incluiu muitos grupos, gerando ressentimentos. Porém, um grupo a margem das preservações dos anos 1990, aproveitou um momento de discussão sobre preservação do patrimônio para expor sua reivindicação.

a) Local para desenvolvimento de atividades relacionadas à difusão e aprimoramento das atividades e ações ligadas à cultura afro – brasileira na região. d) Resgate da Sociedade Visconde do Rio Branco, caracterizando-a como pólo de geração e estimulação das variadas ações da comunidade negra da região. f) A existência de uma comunidade de origem negra, que no entanto não dispõem de um local específico para cultivar e preservar suas raízes, bem como um ponto de encontro e referência social para esta comunidade.²⁷

Isso mostra que esses sujeitos não percebem o patrimônio histórico tombado como um referencial suficientemente forte para representar sua identidade e não identificam em outras instituições um espaço que valorize sua cultura. Está claramente colocado como objetivo do projeto de restauração a criação de um local destinado a “preservar suas raízes”, como um “ponto de encontro e referência”. Além de perceber a posição da historiografia do início do século XX, esse segmento também percebe a exclusão de pontos de referência, a falta de uma memória edificada para representar sua identidade no mundo urbano.

Essa edificação também confirma que o patrimônio material não representa, por excelência, apenas segmentos de uma elite. Parece evidente que, por força da necessidade, segmentos sociais como escravos, indígenas, entre outros, tenham desenvolvido práticas de preservação e transmissão de seus valores culturais através de meios diferentes da construção de símbolos materiais (de pedra e cal) nas cidades. Por constituírem grupos com um acesso restrito ao mundo urbano, encontraram outras formas de perpetuação de sua cultura, práticas das mais variadas: festas, rituais, danças, etc. Essa cultura preservacionista relativa ao patrimônio cultural é uma prática que nasce nas elites políticas e culturais do Brasil, mas não é uma exclusividade sua.

Considerações Finais

Diversos segmentos sociais que não tinham participação nas decisões políticas – administrativas, que não possuíam grandes propriedades ou poder econômico suficiente para preservar sua cultura em formas materiais, encontraram outras alternativas para transmissão de seus valores. Mas isso não quer dizer que os aspectos materiais de sua cultura que conseguiram sobreviver, no caso de Passo Fundo, ao ímpeto de modernização iniciado na década de 1950, não podem ser preservados. Isso vale também para o contrário, as práticas culturais das elites também devem ser preservadas, mas esta não é a questão central do presente trabalho.

A questão é pensar justamente em porque entre a década de 1990, quando Passo Fundo experimenta um certo “surto preservacionista”, um pequeno surto, diga-se de passagem, o prédio do Clube Visconde do Rio Branco não foi mencionado para ser tombado. A resposta a essa questão não é única. Uma das primeiras respostas é clara, a exclusão historiográfica que esse segmento sofreu na região. Outra resposta é a pequena, ou quase nula, representatividade política desse segmento, que não obteve espaço político para restaurar e tomar a edificação que simboliza materialmente sua participação na construção da cidade.

Consciente ou inconscientemente, a memória edificada de Passo Fundo representa experiências de grupos que estiveram a frente do poder político e da economia local, enquanto aqueles que não condiziam com as aspirações do imaginário representado por esses grupos foram esquecidos. Por força da conjuntura

²⁷ PROJETO DE RESTAURAÇÃO CLUBE VISCONDE DO RIO BRANCO. Cedido por Maria de Lourdes Isaias.

histórica entre 1950 e 1980, a configuração urbana cedeu espaço apenas para edificações que pertenciam às instituições públicas, às indústrias ou a grupos com influência político – econômica suficiente para conseguir manter vivas suas representações no cenário urbano.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. v1 Passo Fundo: Multigraf, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo: 1981.
- POHL, Ângelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Entre lembranças e esquecimentos: o Rio Grande do Sul nos lugares de memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza. FÉLIX, Loiva Otero. (orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiências e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

Recebido em: 25/10/2012 Aceito em: 14/03/2013